



**ENCONTRO
DE CAPACITAÇÃO**
**REGULAÇÃO E GESTÃO DO
SANEAMENTO BÁSICO**

O Marco Legal do Saneamento Básico e a Regulação no tema na Bacia do Rio Parapanema

Piraju/SP, 25 de março de 2025

Célio Bartole Pereira
Coordenação de Governança das
Entidades Reguladoras - COGER/SSB



Novo Marco Legal do Saneamento Básico

Evolução de cobertura dos serviços: últimos 80 anos



MIGRAÇÃO

Êxodo rural rumo a cidades do Sudeste

1940

Purb/Ptotal 31%

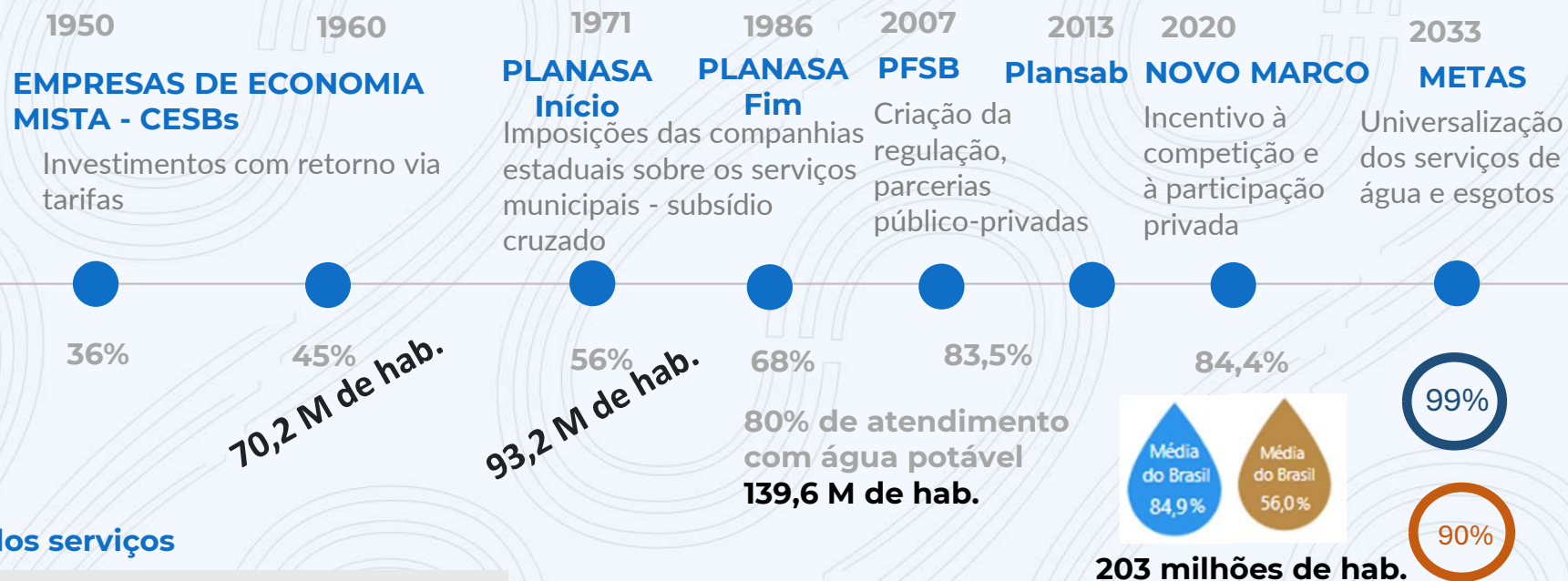
41,2 M de hab.

Aumento da demanda pelos serviços

Comercialização da água até então gratuita

Surgem as autarquias municipais

Investimentos privilegiam áreas nobres das cidades e as industriais



Novo Marco Legal do Saneamento Básico

- **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - atualiza o marco legal do saneamento básico e altera**

Lei nº 9.984- Lei de criação da ANA, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento,

Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos,

Lei nº 11.107, Lei dos Consórcios Públicos, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o [art. 175 da Constituição Federal](#),

Lei nº 11.445, Lei da Política Nacional do Saneamento Básico, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País,

Ampliação das responsabilidades integradas entre estados e Municípios quando o interesse for além do interesse local

Estímulo à concorrência e eficiência - Fim dos contratos de programa

Regionalização

Metas de universalização

Lei nº 12.305, Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, **e revisão do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, observado o período máximo de 10 (dez) anos.**

Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e

(Obs: embora no caput cite inclusão de microrregião, o que de fato foi alterado foi a inclusão das unidades regionais de saneamento, para as quais aplica-se no que couber os dispositivos da lei)

Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.



Novo Marco Legal do Saneamento Básico

Metas Claras (2033)

Todos os contratos em vigor são respeitados até o final de sua vigência, **desde que incluam e cumpram as metas de universalização.**

Harmonização Regulatória

Via ANA. Com regras uniformes e melhoria da **governança regulatória** para atrair investimentos para o setor e alcançar a universalização do serviço.

Atração de Capital para o Setor

Antes da reforma as empresas públicas eram responsáveis por atender mais de 70% dos municípios. A reforma mudou esse cenário pela obrigação de licitações para os futuros contratos.

Economias de Escala

Incentivar a regionalização, buscando a sustentabilidade do serviço através das economias de escala para atingir a universalização



- Integração de políticas públicas (4 componentes) + todo território do município

- Modicidade tarifária / regras para subsídios



Novo Marco Legal do Saneamento Básico

Papel da ANA

- ***Agência criada no ano de 2000 para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos em nível federal.***
- ***A Lei nº 14.026/2020 ampliou as competências da ANA, acrescentou o papel de harmonizar a regulação para os serviços de saneamento básico com a emissão de normas de referência para o setor.***
- ***As NRs são de adoção facultativa, porém sua adoção pelos reguladores infranacionais as tornam compulsórias para a prestação do serviço.***
- ***A Política Federal de Saneamento vincula o repasse de recursos públicos federais para o setor à adoção das NRs.***



Novo Marco Legal do Saneamento Básico

QUAL O PAPEL DA ANA NA IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO DO SANEAMENTO?



Processo de Elaboração da NR

1 Planejamento da Norma

Nota técnica para deliberação
Diretoria detalhando as etapas de
elaboração da norma

2 Elaboração da Norma

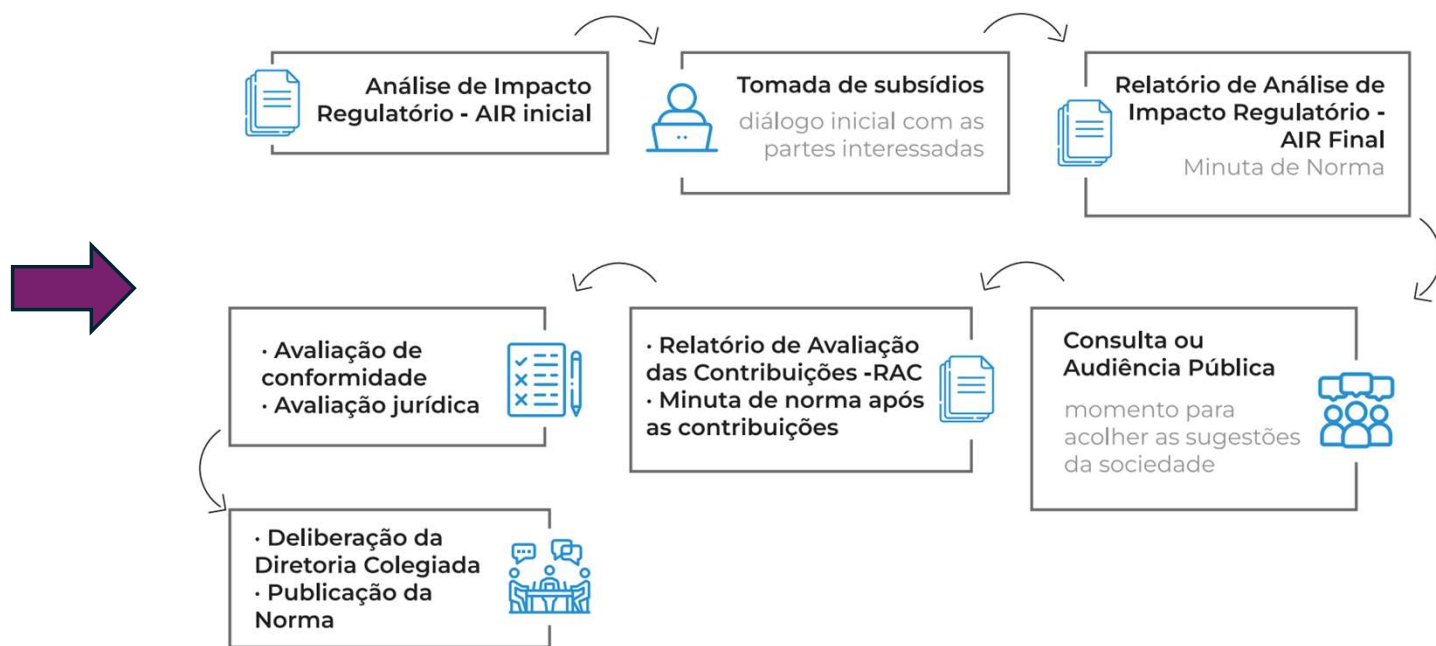
Problema regulatório

Contratação e produção de estudos
técnicos para delimitar o problema
regulatório

3 Implementação da Norma

- Capacitações
- Manuais de orientação
para implementação das normas

- Monitoramento de implementação
das normas pelas entidades
reguladoras infranacionais
- Análise do Resultado
Regulatório - ARR

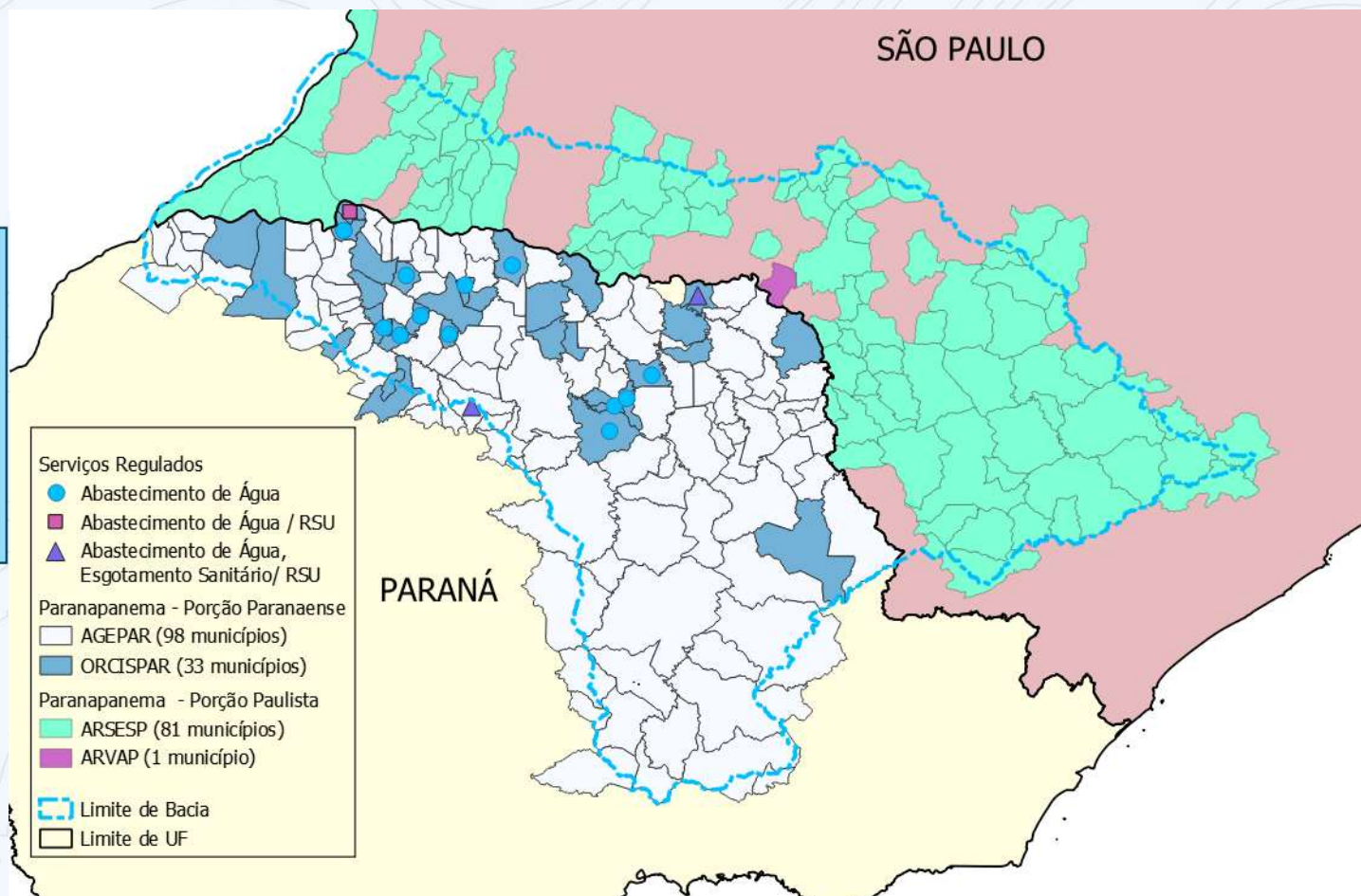
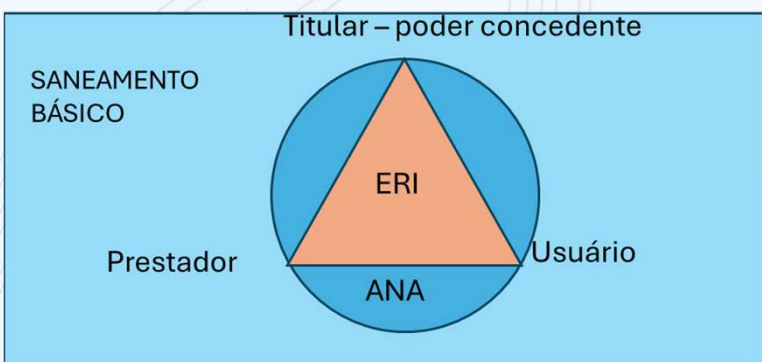


<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/governanca-regulatoria/agenda-regulatoria>

Painel Monitoramento Agenda Regulatória 2025-2026

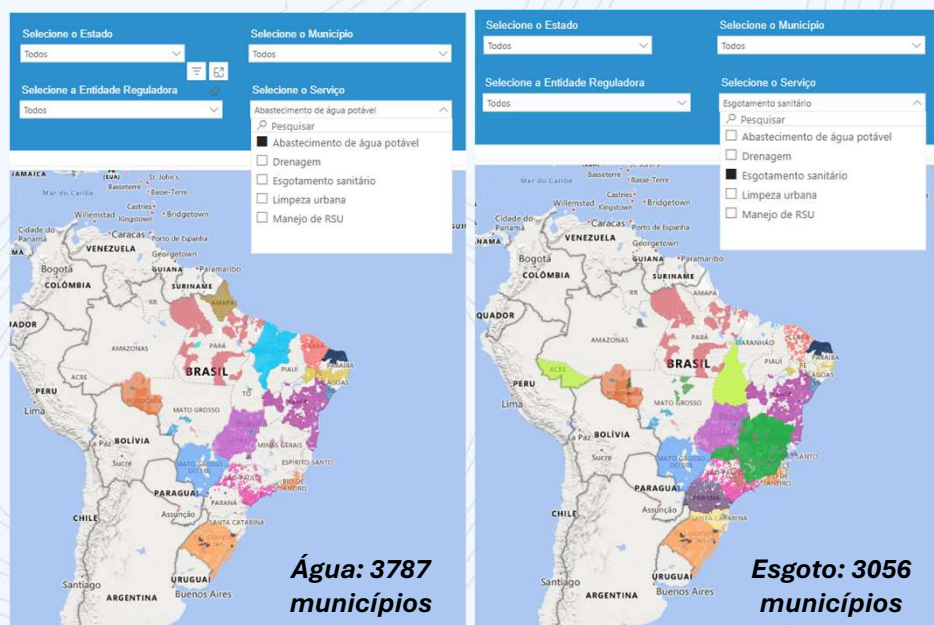
Panorama da Regulação do Saneamento na Bacia

- Bacia do Paranapanema - 247 municípios



Panorama da Regulação do Saneamento no País

- 105 Entidades Reguladoras Infranacionais identificadas (busca ativa)
- 61 Entidades Reguladoras Infranacionais cadastradas
- 3.802 municípios com delegação da regulação



Atualizado em: 24/03/2025 13:48:33

Microsoft Power BI

Panorama da Regulação do Saneamento na Bacia

Desafio: harmonizar a regulação no país por meio de Normas de Referência para as ERIs e os titulares (poder concedente)

Metas de Universalização
do Serviço



Padrões de qualidade e eficiência
na prestação do serviço



Condições Gerais de Prestação
do Serviço



Subs. Sistema Unitário por
Separador Absoluto



Regulação Tarifária



Metodologia de Indenização de
Ativos



Sistema de avaliação do cumprimento
de metas de ampliação e
universalização da cobertura dos
serviços



Padronização de Contratos e
Matriz de Riscos



Governança das Entidades
Reguladoras



Critérios de Contabilidade
Regulatória



Panorama da Regulação do Saneamento na Bacia

ATUAÇÃO NO FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA DAS ERIs

NR04

Estabelece práticas de governança aplicadas às entidades reguladoras infranacionais (ERIs) que atuam no setor de saneamento básico (Resolução nº 177/2024)



<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-ana-n-177-de-12-de-janeiro-de-2024-537315250>

RESOLUÇÃO ANA Nº 179, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, que institui o Programa de Incentivo ao Fortalecimento da Governança Regulatória do Saneamento Básico - Pró-Saneamento.

1

Fortalecer o sistema de governança das ERIs

2

Contribuir para a harmonização regulatória do setor de saneamento básico

3

Promover a ampliação das capacidades técnica, regulatória e institucional das ERIs

4

Contribuir para a universalização do saneamento básico



ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

Desafios para a universalização do Saneamento Básico



INVESTIMENTOS INSUFICIENTES E INEFICIÊNCIA OPERACIONAL E DE GASTOS

Estima-se entre **R\$ 550 e R\$ 900 bilhões** necessários para universalizar a prestação de serviços de saneamento no Brasil até **2033**.



TITULARIDADE E REGULAÇÃO FRAGMENTADA, INCIPIENTE E NÃO UNIFORME

5.570 Municípios e 105 ERIs



Desafios para a universalização do Saneamento Básico

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel/ab>

2022

Abastecimento de Água - 2022

Dados Brasil

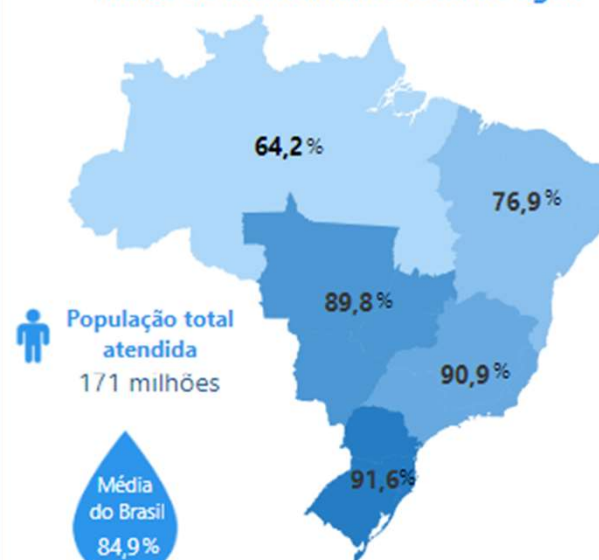


5.570 municípios
203,1 milhões de habitantes

Amostra SNIS

5.451 municípios 97,9%
99,3% População total

Índice de atendimento total de água



População total atendida
171 milhões

Média do Brasil
84,9%

Metas de atendimento até 2033

99% da população com abastecimento de água potável

55,21%
Adm. Púb. Dir.

32,34%
Autarquia

8,93%
Empresa priv.

2,03%
Soc. eco. Mista

0,34%
Empresa Púb.

1,15%
Org. Social

Prestadores de serviço



Microrregional 26

Regional 28

Local 1.424



Consumo médio
148,2 l/hab./dia

808,2 mil km
Extensão da rede

64,4 milhões
Ligações de água



Água potável não contabilizada ou perdida na distribuição
37,8%

Investimentos em sistemas de água

2021
R\$ 7,76 bilhões



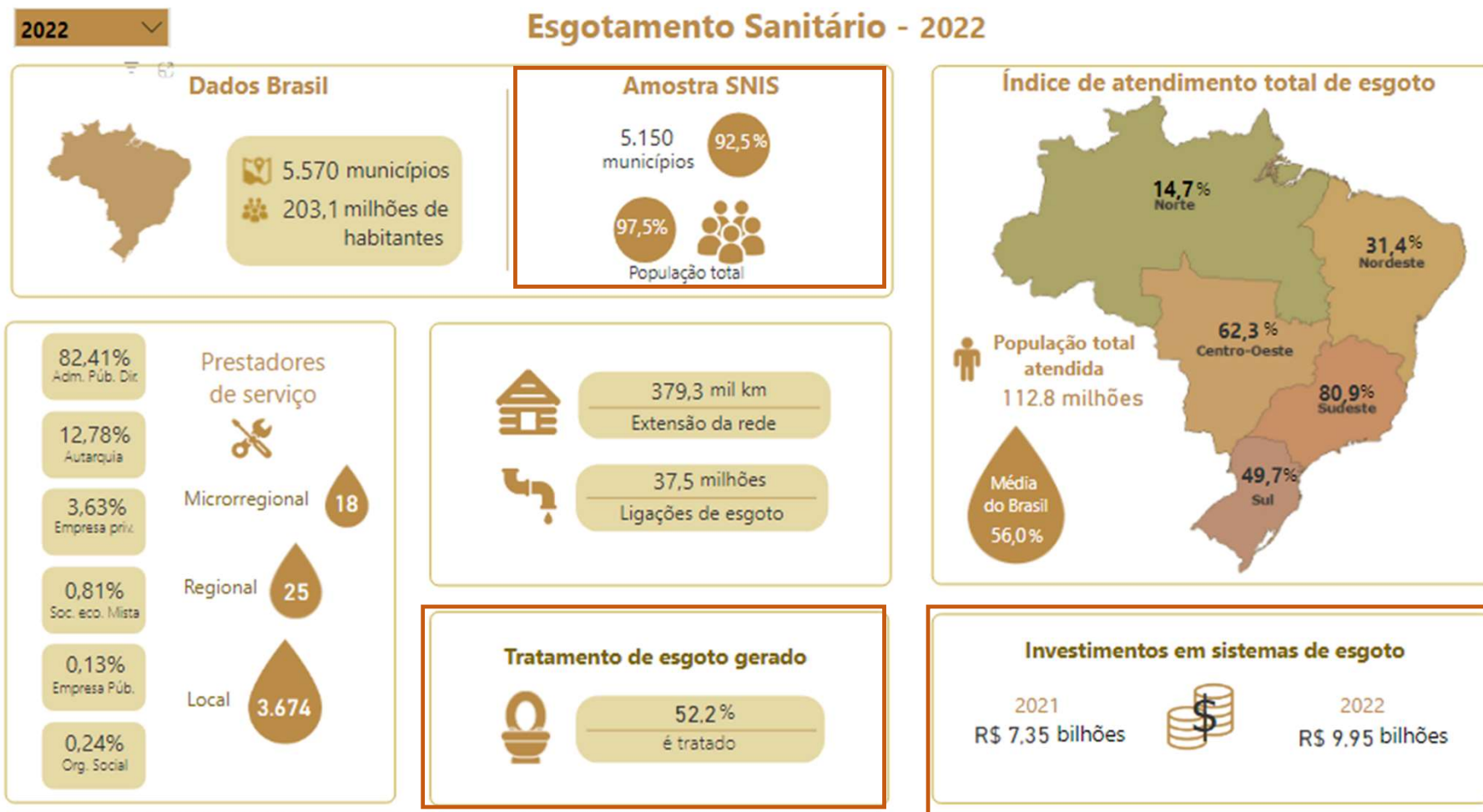
2022
R\$ 9,67 bilhões

* Até o encerramento da coleta de dados SNIS não foram divulgadas as informações de população urbana pelo censo IBGE 2022

** Todos os dados são referentes aos participantes da coleta SNIS 2023, ano de referência 2022 (Ver quadro Participantes do SNIS)

Desafios para a universalização do Saneamento Básico

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel/es>



Metas de atendimento até 2033

90%
da população
com coleta e
tratamento de
esgoto

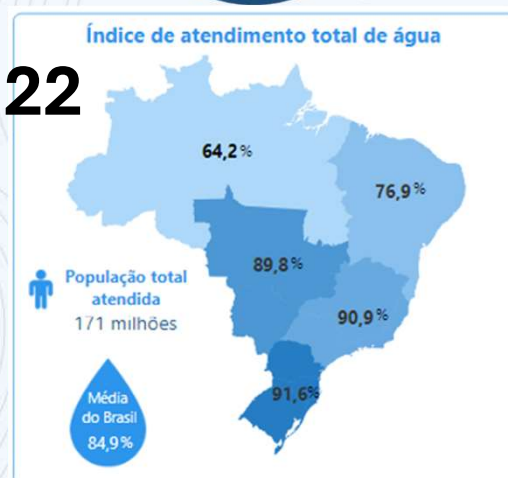
* Até o encerramento da coleta de dados SNIS não foram divulgadas as informações de população urbana pelo censo IBGE 2022
** Todos os dados são referentes aos participantes da coleta SNIS 2023, ano de referência 2022 (Ver quadro Participantes do SNIS)

Metas Progressivas de Universalização

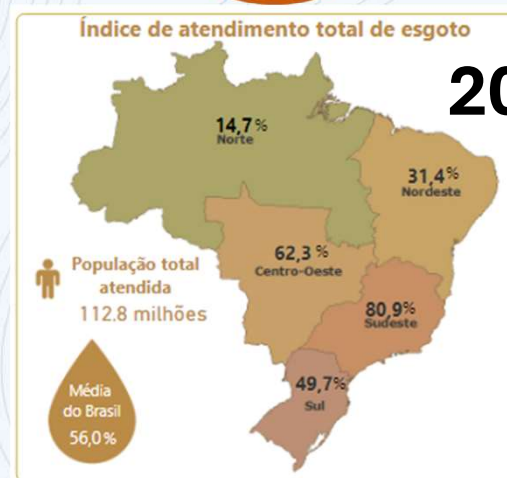
- PLANSAB - Metas incorporadas ao Marco Legal



2022



2022



Atingir as metas de atendimento
para a população brasileira até **2033**

e, mantido o ritmo atual de atendimento, esses %
da universalização só seriam alcançados em **2055**



Metas Progressivas de Universalização

NR08

Estabelecimento de metas progressivas de universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e sistema de avaliação



- O titular deve prever as metas progressivas de expansão dos serviços nos Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico com vistas às metas de 31 de dezembro de 2033.
- A entidade reguladora deve atuar junto ao titular no sentido de que sejam contempladas as metas progressivas de universalização na elaboração, revisão, atualização e consolidação dos planos municipais ou regionais de saneamento básico.
- Só devem ser consideradas atingidas as metas de universalização no município quando os indicadores da componente abastecimento de água potável atingir resultados iguais ou superiores à 99%. De forma similar, para a componente esgotamento sanitário os indicadores devem atingir ou superar 90%.



Metas Progressivas de Universalização

NR08

Estabelecimento de metas progressivas de universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e sistema de avaliação



- Titular: Responsável pela Universalização no território do município
 - Urbano e Rural
- Possibilidade de **solução alternativa** como solução de Universalização
 - Na ausência de disponibilidade de rede pública, o domicílio poderá ser atendido com solução alternativa adequada prevista pela entidade reguladora infranacional.
 - Cabe à entidade reguladora infranacional definir, em norma, as soluções alternativas adequadas previstas, observando as características socioculturais, densidade demográfica, aspectos ambientais e outros critérios pertinentes às peculiaridades locais.
- Obrigatoriedade de se Conectar (Lei e NR) – Subsídio Cruzado / menor tarifa média / expansão de tarifa Social



<https://www.gov.br/ana/pt-br/legislacao/resolucoes/resolucoes-regulatorias/2024/192>

O que é necessário para a universalização do saneamento básico?

- ✓ Engajamento dos **titulares** – ação, planejamento, agilidade nas providências
- ✓ Planos Municipais de Saneamento Básico - bem elaborados/revisados/atualizados
- ✓ Cumprimento das **metas** por parte dos **titulares e prestadores** de serviço
- ✓ **Regulação eficaz – governança, quadros capacitados**
- ✓ **Recursos para investir na expansão do atendimento – garantidos, provisionados**
- ✓ **Profissionais qualificados para elaborar/executar planos, projetos e obras**
- ✓ Envolvimento de **toda a sociedade** para: querer se ligar às redes disponíveis e cobrar o bom andamento da expansão do atendimento e a qualidade dos serviços
- ✓ Trabalho integrado, coordenado, **de titulares**, prestadores, reguladores, gestores de recursos hídricos, **comitês de bacia**, órgãos de controle



Integração das Políticas de Saneamento e Recursos Hídricos

Política Federal de Saneamento Básico

PFSB, Lei N°11.445/2007 (14.026/2020)

Titularidade: Município, Distrito Federal, Estadual com Municípios que compartilham sistemas em RM, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas por LC

- o **território do município** - objeto do serviço público
- a **bacia hidrográfica** - unidade de referência para o planejamento

Regulação: municipal ou regional

Comitê Interministerial de Saneamento Básico - **Cisb**

Sistema Nacional de Informações – **SNIS/SINISA**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm



Política Nacional de Recursos Hídricos

PNRH, Lei N°9.433/1997

Jurisdição: Estadual, do Distrito Federal ou da União

- a **bacia hidrográfica** é a unidade territorial para implementação

Gestão/regulação - estadual ou federal

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - **CNRH**

Sistema Nacional de Informações - **SNIRH**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm



Integração das Políticas de Saneamento e Recursos Hídricos

Política Federal de Saneamento Básico

PFSB, Lei N°11.445/2007 (14.026/2020)

Art. 19. A **prestação de serviços públicos** de saneamento básico observará **plano**...

...

§ 3º Os planos de saneamento básico deverão ser **compatíveis** com os **planos das bacias hidrográficas** e com **planos diretores dos Municípios** em que estiverem inseridos, ou com os **planos de desenvolvimento urbano integrado** das unidades regionais por eles abrangidas.

Plano Nacional de Saneamento Básico – **Plansab**

Plano **Municipal** de Saneamento Básico – **PMSB**

Plano **Regional** de Saneamento Básico (serviço regionalizado)

Plano **Diretor** do Município



- Política Nacional de Recursos Hídricos

PNRH, Lei N°9.433/1997

Art. 3º Diretrizes gerais para implementação da PNRH...

...

IV - a **articulação** do **planejamento de recursos hídricos** com o dos **setores usuários** e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

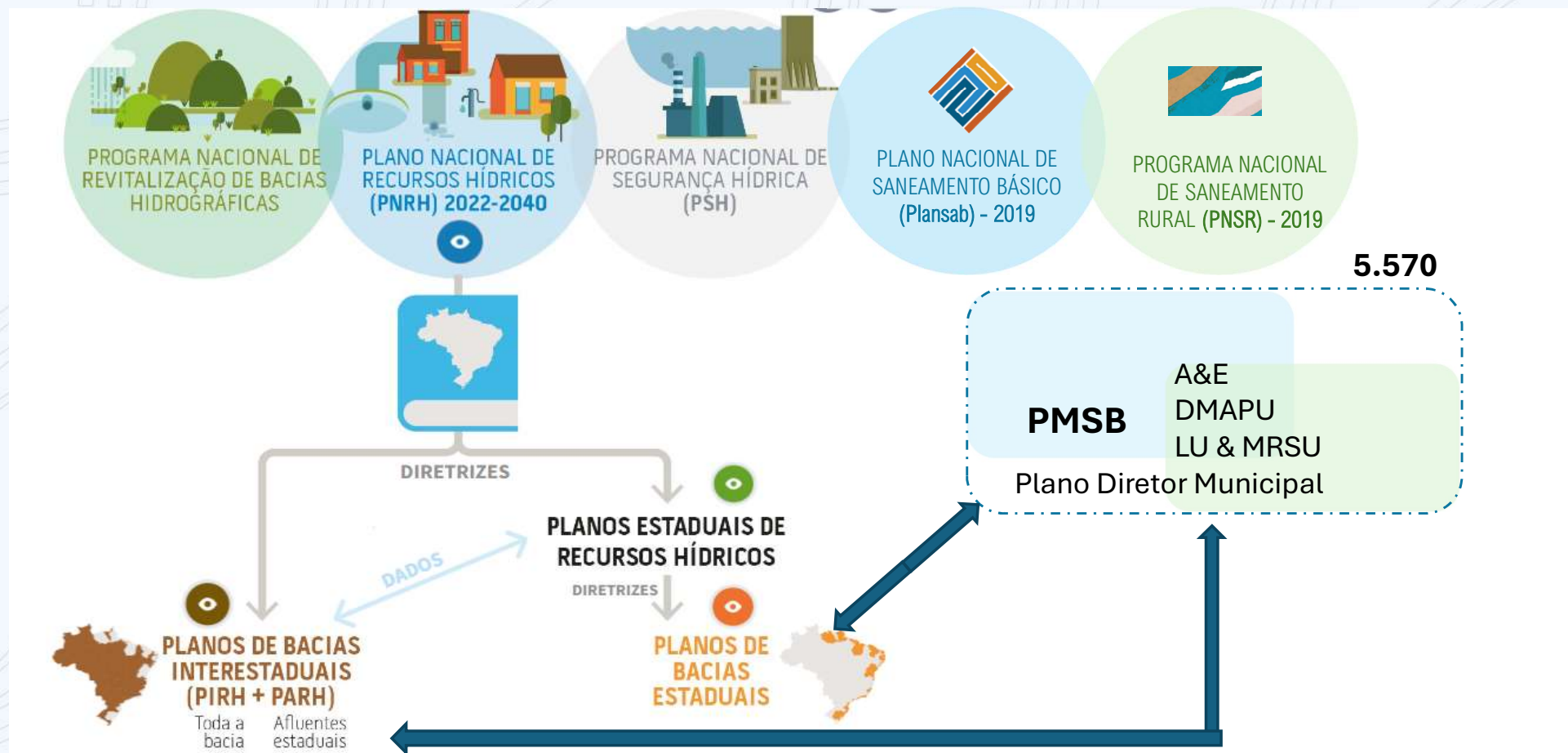
Art. 31. Na **implementação da PNRH**, os **Poderes Executivos do Distrito Federal** e dos **municípios** promoverão a **integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos**.

Plano Nacional de Recursos Hídricos – **PNRH**
Planos Estaduais de Recursos Hídricos – **PERHs**

Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia - **PIRH**



Integração das Políticas de Saneamento e Recursos Hídricos



Regionalização do Saneamento Básico - SP

Descrição

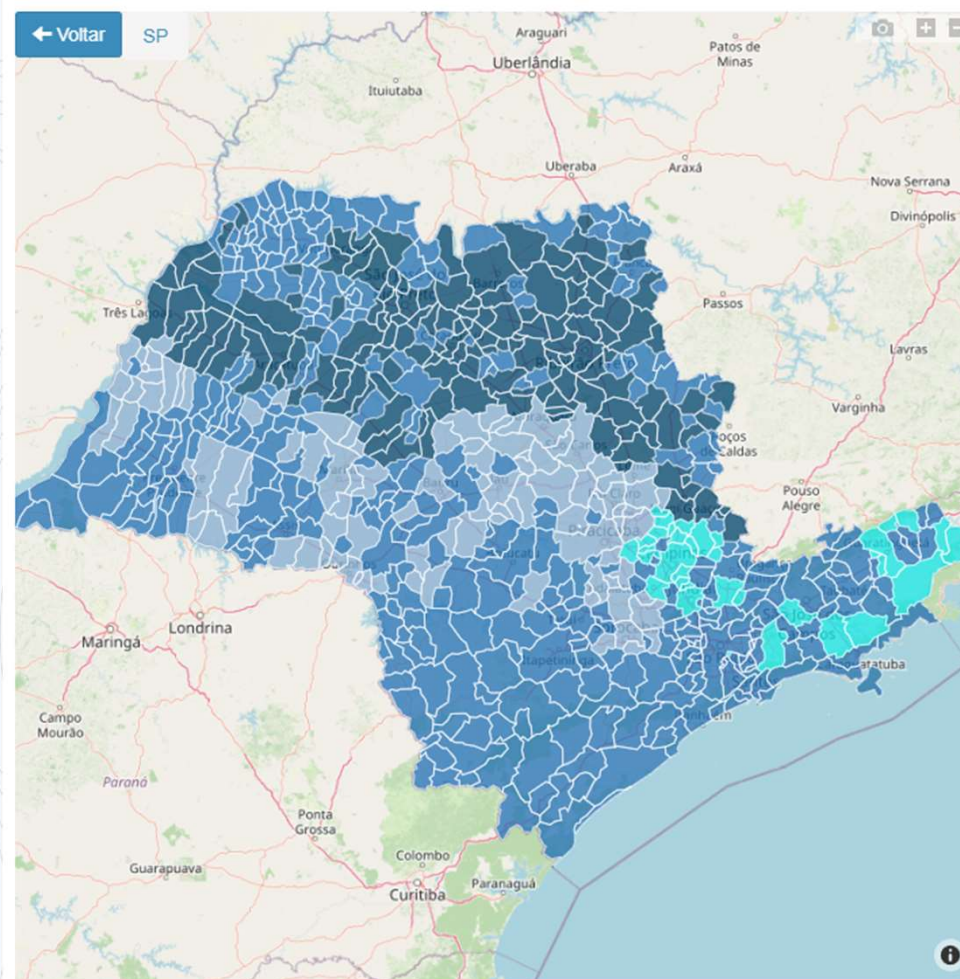
O Estado de São Paulo regionalizou seus 645 municípios em 4 Unidades Regionais de Água e Esgoto, por meio da Lei Ordinária nº 17.383/2021.

Regionalização definida por	Tipo de Arranjo	Regiões de Saneamento
Lei Ordinária nº 17.383/2021	Unidades Regionais	4

Legendas

	1 - URAE 1 - Sudeste	370	
	4 - URAE 4 - Norte	142	
	3 - URAE 3 - Leste	35	
	2 - URAE 2 - Centro	98	

Estruturas de Regionalização de Água e Esgoto - São Paulo



Painel de Regionalização

Regionalização do Saneamento Básico - PR

Descrição

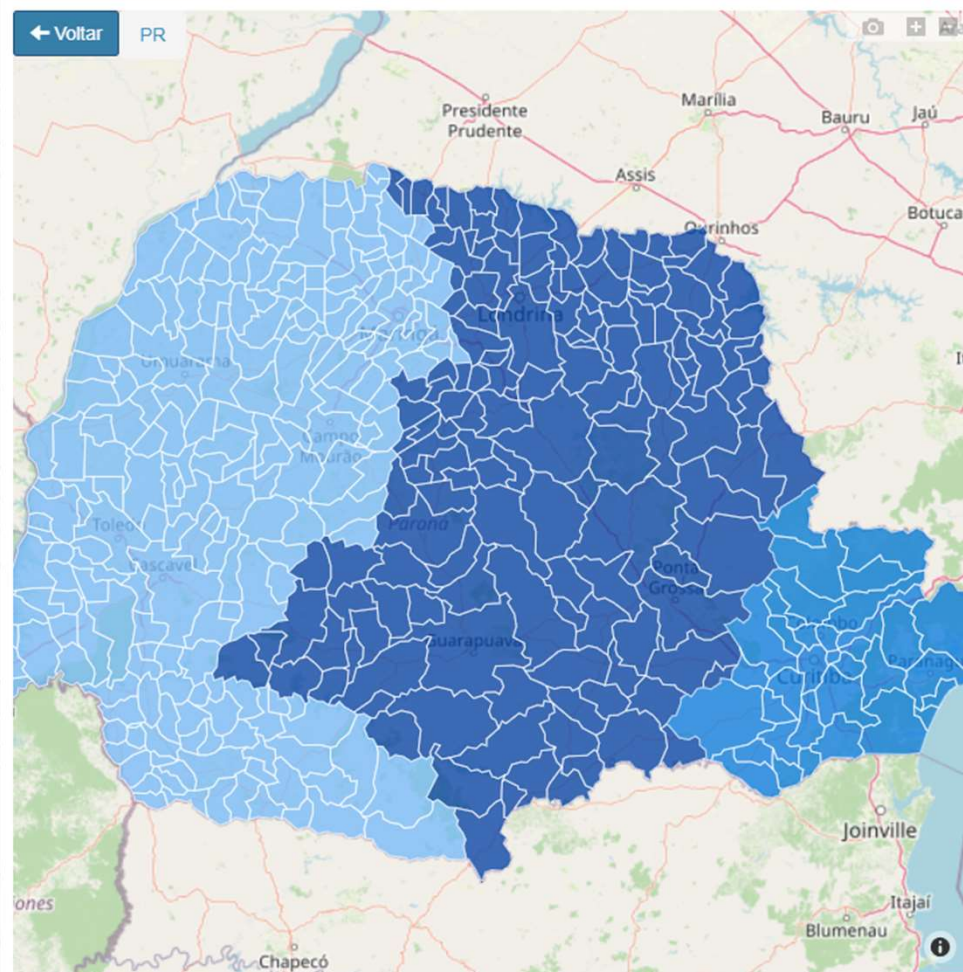
O Estado do Paraná regionalizou seus 399 municípios em 3 Microrregiões de Água e Esgoto, por meio da Lei Complementar nº 237/2021.

Regionalização definida por	Tipo de Arranjo	Regiões de Saneamento
Lei Complementar nº 237/2021	Microrregiões	3

Legendas

	2 - MSB - Centro-Leste	155	
	3 - MSB - Centro-Litoral	36	
	1 - MSB - Oeste	208	

Estruturas de Regionalização de Água e Esgoto - Paraná



Painel de Regionalização



PACTO PELA GOVERNANÇA DA ÁGUA

Resumo das Ações



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



UF

PR

Componentes, Sub-compo...

Saneamento

Atuação (programas e ações da ANA)

Todos

UORG responsável

Todos

Limpar todos os filtros

Contagem de Ações por Componente



Recursos Alocados por Componente

Situação da Execução das Ações



Total de Ações
2

Recursos Alocados
(Em branco)



UF	Ação	Ação - detalhamento	Atividades	Instrumento	Fonte de Recursos	Situação
PR	Saneamento	Programa de Incentivo para a Governança Regulatória do Saneamento Básico – Pró- Saneamento – principalmente com metas para o desenvolvimento e o fortalecimento institucional das Entidades Reguladoras Infranacionais – ERIs. A serem estabelecidas em conjunto para 2024.	buscar a integração da gestão dos resíduos sólidos, visando a consolidação da política de resíduos sólidos no estado - PRSPR, articular as ações as áreas afins, em atendimento à PRSPR, buscar a integração de áreas técnicas afetas com outros órgãos e instituições relacionadas a programas, projetos e ações voltados ao conhecimento, não geração, minimização, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, promover/articular o relacionamento entre a política de resíduos sólidos do estado e o sistema produtivo do estado, incentivar a modernização dos sistemas de coleta, acondicionamento, transporte, transbordo, tratamento e disposição final	A definir	Orçamento ANA	Não iniciado
PR	Saneamento	Serviços adequados de coleta e destinação final dos resíduos.	formalização, fiscalização, acompanhamento dos convênios, em formalização de consórcios de aterro sanitário, analisa novas tecnologias em resíduos.	A definir	Orçamento ANA	Não iniciado

Pacto de Governança das Águas








ANA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

AS ÁGUAS CONECTAM E O SANEAMENTO TRANSFORMA

Obrigado

Célio Bartole Pereira

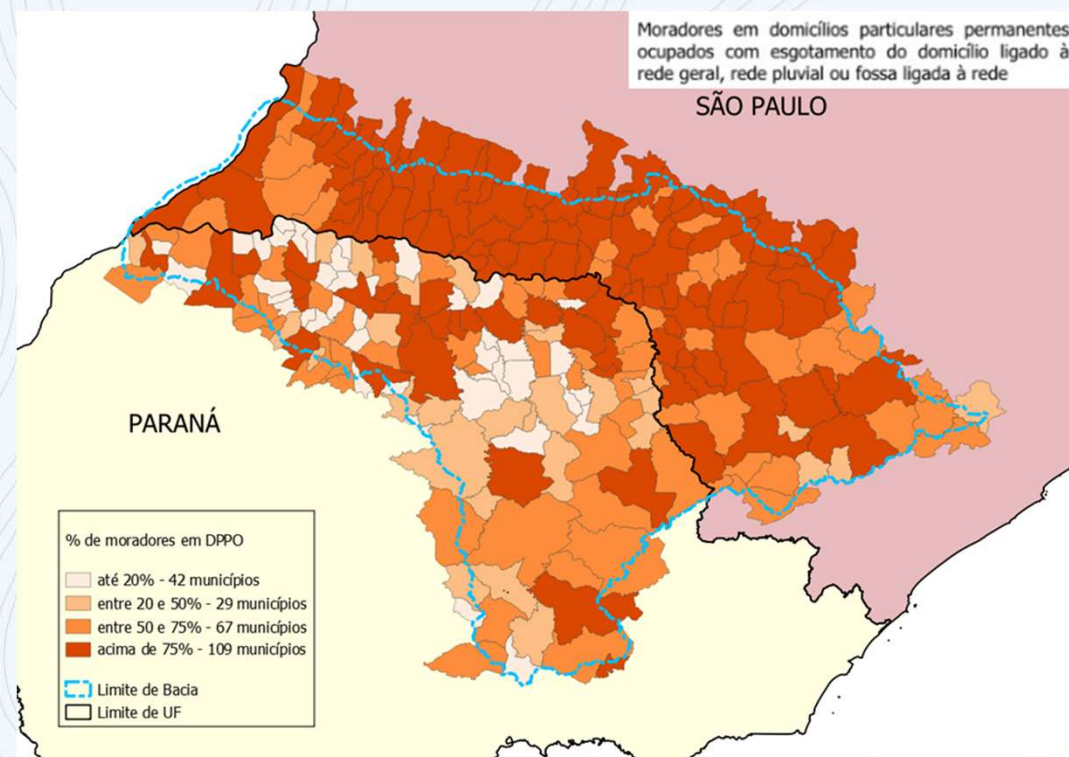
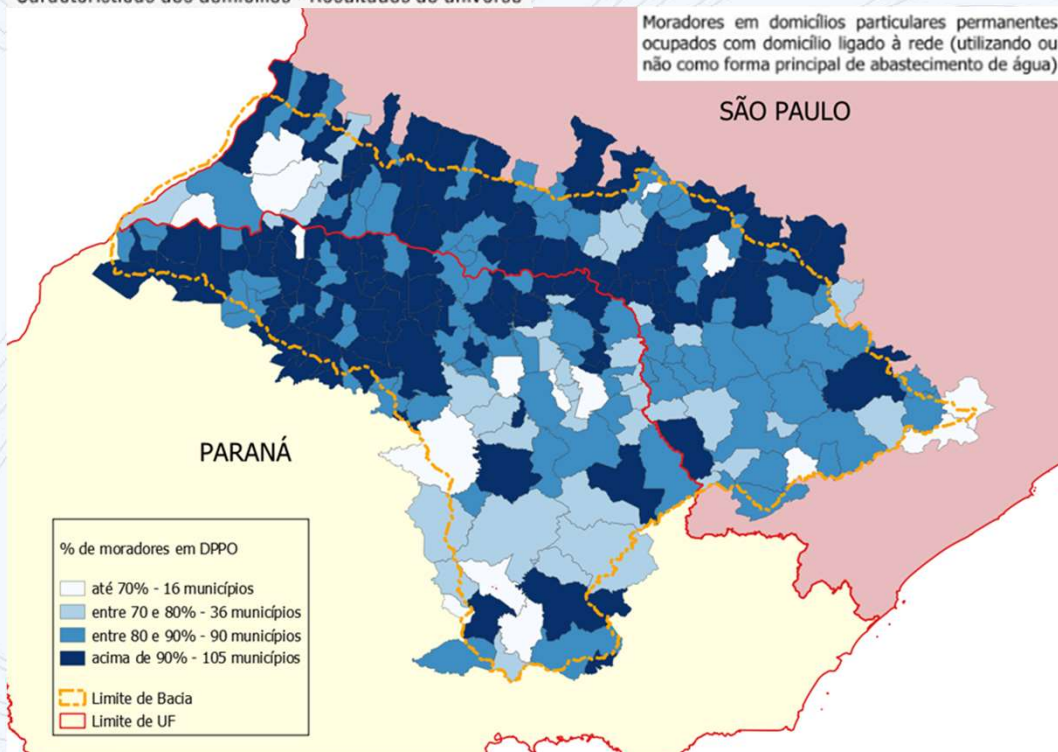
Coordenação de Governança das Entidades Reguladoras - COGER
Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco O, Sala 105 - Brasília (DF)
+55 (61) 2109-5185 | www.gov.br/ana |      /anagovbr



A rede geral de distribuição apareceu em 60,8 milhões de domicílios, onde residiam 167,5 milhões de pessoas (82,9%). Esse percentual é superior ao Censo Demográfico de 2010 (81,5%).

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Características dos domicílios - Resultados do universo



Censo Demográfico mostra que 62,5% da população do Brasil morava em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto em 2022. Esse índice era de 44,4% em 2000 e subiu para 52,8% em 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Características dos domicílios - Resultados do universo

PROGRAMA PRÓ-SANEAMENTO – ETAPAS

